

## GÊNERO E INTERFACES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM OLHAR PARA IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

### GENDER AND INTERFACES OF BASIC EDUCATION: A LOOK AT THE IMPORTANCE OF THE DIDACTIC BOOK OF HISTORY

Suellen Peixoto de Rezende<sup>1</sup>

**Resumo:** Refletindo acerca da Educação e História na perspectiva analítica de Gênero, este trabalho visa problematizar as relações entre Educação e Gênero, pautando –se em um olhar dialógico e equitativo da Educação. A fim de entendermos as relações de poder intrínsecas à construção histórica, notamos silenciamentos das mulheres nos Livros de História do Ensino Básico, vistas como notas de rodapé e anexos. Assim, presumindo que há uma ausência da história das mulheres na historiografia do livro didático de história, este trabalho se propõe a discutir não apenas as invisibilizações das mulheres nos livros de História, mas também, refletir acerca da Educação e Gênero, debatendo a representatividade das mulheres no livro didático e a historicização das relações de gênero, a fim de um construto historiográfico igualitário, entendendo o papel da educação, frente aos desafios na quebra de paradigmas excludentes.

**Palavras-Chave:** Educação, Gênero, Livro didático de História.

**Abstract:** Reflecting on Education and History in the analytical perspective of Gender, this work aims to problematize the relationship between Education and Gender, based on a dialogical and equitable view of Education. In order to understand the intrinsic power relations to historical construction, we note women's silence in the Basic History History Books, seen as footnotes and annexes. This, assuming that there is an absence of women's history in the historiography of the history textbook, this paper proposes to discuss not only the invisibilizations of women in the History books, but also to reflect on Education and Gender, debating the representativeness of women. women in the textbook and the historicization of gender relations, in order to construct a historiographic egalitarian, understanding the role of education, facing the challenges in the breaking of exclusionary paradigms.

**Key-Words:** Education, Gender, History textbook.

## INTRODUÇÃO

Atenta ao desafio de se pensar a Educação Básica em uma teoria analítica na perspectiva de Gênero, a sugestão de se refletir sobre o tema, é oriunda da práxis humana na docência do Ensino Básico de II fase. No caráter interlocutor entre a Educação e Gênero, as possibilidades de compreensão, de interpretação e de conhecimento, possibilitam construção de sentido. Nas práticas sociais, como lugar das relações interpessoais, a história nessa relação, se torna imprescindível na dimensão discursiva, e a escola se torna mediadora das práticas sociais. Assim, segundo Caniato:

A escola deve e pode ser o lugar onde, de maneira mais sistemática e orientada, aprendemos a Ler o Mundo e a interagir com ele. Ler o mundo significa aqui poder entender e interpretar o funcionamento da Natureza e as interações dos homens com ela e dos homens entre si. Na escola podemos exercitar, aferir e refletir sobre a Ação que praticamos e que é feita sobre nós. Isso não significa que só na escola se faça isso. Ela deve ser o lugar em que praticamos a Leitura do Mundo e a Interação com ele de maneira orientada, crítica e sistemática. (CANIATO, 1997, p.65)

Como importante veículo da aprendizagem, o livro didático se legitimou como o principal arcabouço teórico usado da relação ensino-

<sup>1</sup>Mestranda em História pela UFG. Especialização em História Cultural pela UFG suellen\_hst@hotmail.com

aprendizagem. De suma importância para o desenvolvimento pedagógico, os materiais didáticos e paradidáticos, são instrumentos para a construção social do discente.

O presente artigo visa fazer uma interlocução entre Gênero diante da importância de seu papel na Educação, com a narrativa histórica enquanto produtora de sentido, uma vez que pode trazer discursos excludentes, não somente em relação à mulher, mas étnicos e culturais. Estabelecendo arranjos sociais e enaltecendo uma perspectiva binária de estereótipos sexuais dicotômicos, Louro aborda sobre as facetas dos livros didáticos e paradidáticos:

Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades —características de homens e atividades de mulheres. Também têm observado a representação da família típica constituída de um pai e uma mãe e usualmente, dois filhos, um menino e uma menina. As pesquisas identificam ainda, nesses livros, profissões ou tarefas —características de brancos/as e as de negros/as ou índios; usualmente, dois filhos, um menino e uma menina. As pesquisas identificam ainda, nesses livros, profissões ou tarefas —características de brancos/as e as de negros/as ou índios; usualmente recorrem à representação hegemônica das etnias e frequentemente, acentuam as divisões regionais do País. A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas

pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados. (LOURO, 2008, p. 70).

A discussão sobre a desigualdade de gênero, práticas e representações na história, perpassa por múltiplos discursos e legitimação dos mesmos. Susan Moller Okin (2008), argumenta sobre as funções naturalizadas como femininas, como a gestão de atividades domésticas, criação dos filhos, a sacralização em função do lar como o papel de cuidadora, fazendo a gestão do cotidiano do lar, passando não só por uma relação de poder social mas política.

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com 'o pessoal é político'? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p.314).

Este artigo busca responder a seguinte problematização: “Gênero pode contribuir para desconstrução de discursos androcêntricos e excludentes, imbricadas nas narrativas dos livros didáticos de história, e como pode possibilitar um construto social mais equitativo?”

As interfaces dialógicas envoltas na proposta deste escrito, trabalha com as potencialidades reflexivas da perspectiva de Gênero, neste sentido, o papel dos Direitos Humanos se torna crucial no

cunho social e político. As questões de Gênero, envolvem barreiras físicas, sociais, culturais e psicológicas arraigadas na sociedade. O ensino de história no Brasil, sempre esteve interseccionado a projetos que figurassem um interesse politizado, a favor do Estado, como fundamento ideológico, ou a continuidade de discursos excludentes, nas quais relegaram as mulheres na história como coadjuvantes. Diante dessa problemática, a reflexão analítica de Gênero, dialoga com a perspectiva de ensino no livro de história.

De maneira objetiva, busca-se expor por meio do artigo, os principais aspectos relacionados ao tema, tal seja, “Gênero: uma categoria analítica para o livro didático de história”, pensando a representação ou não da mulher no discurso narrativo do livro de história, “Interfaces dialógicas: desafios para a Educação Básica” que faz incursão na interlocução entre Gênero e Educação, propondo desafios reflexivos acerca da assimetria de poder nas relações de gêneros, imbuídas não só na narrativa historiográfica, mas na estrutura educacional como um todo, e por fim, expor apontamentos que possibilitem a construção de um diálogo equitativo em relação as mulheres repercutindo para uma educação que subsidie a igualdade de gêneros.

## **1. GÊNERO: UMA CATEGORIA ANALÍTICA PARA O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

Selva Guimarães Fonseca elucidada acerca da importância da História para a construção da autonomia do aluno, enquanto construto de

cidadania, e esse ensino deve ser refletido de forma equitativa em sua narrativa. A transformação do homem enquanto agentes históricos, se constitui em espaços de vivência, consciência histórica, entendendo as implicações políticas, sociais e econômicas, reverberadas em práticas sociais. Segundo a autora:

A proposta de metodologia de Ensino de História que valoriza a problematização, a análise crítica da realidade, concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos, que cotidianamente atuam, transformam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivências: em casa, no trabalho, na escola, ... Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é apenas herdada via nacionalidade, nem liga-se a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição de cidadão a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (FONSECA, 1997, p. 18).

No século XX, as questões de gênero começaram a tomar força na ambiência intelectual, sobretudo, a partir da década de 1960. Muitas mulheres envoltas a lutas se organizaram a fim de reivindicar o direito ao voto, o aborto, os métodos contraceptivos, proteção aos direitos políticos e sociais, questões de cunho raciais e sexuais, dentre outras demandas fragmentadas. A Academia passou por uma importante fissura, em que a

História Cultural<sup>1</sup> e a Microhistória<sup>2</sup> tiveram profícua participação, ampliando o olhar de pesquisa e importância para os agentes sociais.

Como arcabouço teórico central, acerca do conceito de gênero, Joan Scott (1990) teoriza o mesmo de forma analítica, considerando a construção do social formado em torno do corpo sexuado, enfatizando a complexidade das relações de poder, intrínsecas no contexto de formação social. Gênero centraliza as interfaces dialógicas, fazendo uma interlocução com o livro didático, sua importância para a construção de uma narrativa equitativa torna-se imprescindível.

Circe Bittencourt, alerta-nos acerca do papel do livro didático na educação escolar e as problemáticas dos conhecimentos sistematizados, legitimando discursos. Gênero e Educação, coadunam em um ambiente proficiente a uma escolarização igualitária, apoiadas em reflexões que visibilizem as representações sociais sem exclusões. Sobre esse assunto, nos é elucidado:

Segundo muitas das pesquisas, o poder da ideologia reside em uma imposição sem mediações e toda ideologia é integralmente incorporada por alunos e professores. Embora não se possa negar e omitir o papel dos valores e da ideologia nas obras didáticas, as conclusões de muitas das atuais pesquisas sobre as práticas de leitura desse material têm apontado para a importância das

representações sociais na apreensão do seu conteúdo e método. A recepção feita pelos usuários é variada, até porque o público escolar não é constituído por um grupo social homogêneo (BITTENCOURT, 2010, p. 316-317).

Molduras conceituais arraigadas historicamente, reproduzidas nas narrativas do livro didático, contribuem para consolidação de desigualdades, daí a urgência de se pensar Gênero como categoria analítica, capaz de refletir a educação e mudar práticas sociais. Nesse contexto, o livro didático de história, consolida-se como ferramenta importantíssima no processo de escolarização, devendo propiciar um olhar múltiplo.

As mulheres foram invisibilizadas da narrativa historiográfica durante séculos engendrando as relações de poder discutidas por Foucault, pois a escrita lhes era negada, e a produção acadêmica exígua. Pensar o papel da educação, como capaz de integrar e ser responsável pela consciência de mundo, no qual o discente está inserido, é incitar a perceber e problematizar as relações nas quais a educação está sujeita. O autor não estabelece uma relação direta acerca da educação, mas seu discurso abarca o lugar de fala

<sup>1</sup> Um dos maiores representantes da História Cultural é Roger Chartier, refere-se às confluências entre a História Cultural e modalidades como a História Social, História da Religiosidade, História do Imaginário, Antropologia, Sociologia e Filosofia. Foi a partir de diálogos interdisciplinares que a Antropologia de Clifford Geertz, formou correntes historiográficas culturais, dentre elas a Micro história representada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, notando vestígios, e fontes não oficiais, como relatos, diários, cartas, processos, observando o objeto

historiográfico sem estruturas classistas, políticas ou religiosas, com atenção aos detalhes dentro da perspectiva social (micro). Principais percussores da corrente historiográfica são: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

<sup>2</sup> GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. In: GINZBURG, Carlo. *A MicroHistória e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

dessas mulheres relegadas ao calar nas relações de poder. De acordo com Foucault:

Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam da essência do verdadeiro. O que importa é que essas vozes existiam. Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-la calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer (FOUCAULT, 2004, p. 80).

Hanna Arendt, em *A crise na Educação*, refletindo acerca da educação como uma ação humana, o que ela identifica como labor, percebe que a mesma tem se perdido, inserida em uma visão mercadológica, um poder político estruturado em uma pseudo narrativa ética, em um sentido de conformidade e coercitiva (ARENDR, 2005, p.5).

A libertação do homem através da Educação, se dá pela percepção de autoritarismo, no qual o sistema educacional está submetido. Dialogando com as relações de poder de Foucault, Arendt reflete sobre a crise de estabilidade de todas as instituições políticas e sociais de nosso tempo. A educação assume o aspecto de educação em massa, padronizada e institucionalizada pelo Estado. Uma educação deve se validar para a vida, no qual o sujeito se insira em um processo contínuo de pertencimento, na práxis humana. Segundo Arendt:

A educação é assim o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele e, mais ainda, para o salvar da ruína que seria inevitável sem a renovação, sem a chegada dos

novos e dos jovens. A educação é também o lugar em que se decide se se amam suficientemente as nossas crianças para não as expulsar do nosso mundo deixando-as entregues a si próprias, para não lhes retirar a possibilidade de realizar qualquer coisa de novo, qualquer coisa que não tínhamos previsto, para, ao invés, antecipadamente as preparar para a tarefa de renovação de um mundo comum. (ARENDR, 2005, p. 14).

Ainda temos desigualdades pautadas em uma estrutura binária, em alguns cargos, as mulheres ainda tem um salário mais baixo, são minoria na política, sofrem mais homicídios, a dupla jornada de trabalho é na sua grande maioria tarefa feminina. A formação de uma cultura igualitária e que desconstrua estereótipos nas relações de poder, é função da escola, conseqüentemente do Estado, uma vez que a família não consegue estruturar de forma completa essa formação, o que Bourdieu chama de violência simbólica:

[...] violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p.2-3).

A desconstrução paradigmática, de discursos e axiomas indubitáveis, fará toda a diferença para as futuras gerações, podendo assim, construir uma sociedade mais equitativa. No que concerne as análises, as resistências foram fundamentais para a desenvoltura de garantias jurídicas, e ainda necessárias para a consolidação dos direitos.

Pensar o gênero também como uma construção social, nos permite ver a diversidade de formas de manifestar a feminilidade e a masculinidade. Nos faz negar padrões, vinculados a ideia de fragilidade, doçura, virilidade ou a universalização sexista. O “ser” mulher não se encaixa em uma categoria, pois é complexa e construída por meio de discursos e práticas sociais questionáveis, da mesma forma aplicada ao “ser” homem, salientando que o termo Gênero não compreende estruturas dicotômicas e binárias.

A história, abarcou uma estrutura narrativa priorizando o homem como agente histórico, em que o ser humano do sexo masculino é o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, no que tange sobretudo as produções historiográficas. Sendo o livro como mediador entre a narrativa historiográfica, as mulheres foram remetidas ao lugar de subalternidade em todo contexto de construção histórica.

Com relação à Educação básica e a prática de escolarização, essa intersecção tem como função, desconstruir estereótipos de cultura dominante e das regras estabelecidas socialmente que privilegiem de forma sexista a permanência de desigualdades. O ambiente escolar se torna portanto, um instrumento importante na transformação de normas que assegurem o direito à educação. Louro elucida acerca da ação da escola:

Uma ação distintiva, uma ação diferenciadora, não apenas por tornar os que nela entram distintos dos outros [...], mas também por dividir internamente os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de

classificação, ordenamento e hierarquização (LOURO, 2008, p. 78).

Seja por um olhar étnico, social, político, sexista ou eurocêntrico, a narrativa sistêmica da Educação, necessita ser repensada e têm grandes desafios. Tudo perpassa pelas relações de poder envolvidas, desde as políticas públicas estruturantes da educação, até a formação de profissionais que sejam preparados para os desafios sociais e políticos inclusos nessa tão complexa dinâmica.

Corroborando para a continuidade dessa desigualdade, o livro de história se torna o eixo de ligação de toda a permanência excludente. Um olhar holístico acerca da Educação, pode nos fazer perceber como de forma sutil, como a dominação masculina se efetiva na ambiência da escola. Acerca do papel social da escola, de acordo com Cavalcanti:

[...] a escola tem um importante papel como instituição social perpetuadora de discursos que mantêm relações de poder entre grupos humanos. [...] acabam por generificar atributos que, a priori, podem privilegiar, indistintamente, qualquer indivíduo, seja ele homem ou mulher, pobre ou rico, preto ou branco. (CAVALCANTI, 2003, p. 184)

A escola não é a única responsável pela Educação, a família e a sociedade são complementares na construção social do indivíduo, a diversidade e o respeito devem estar inseridos em todos os discursos, porém a realidade é diferente. Por esse fator, a escola deve ter o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se

sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade, a fim de construirmos uma sociedade mais justa e equitativa.

Diante de discussões analíticas, o conceito de Representação<sup>3</sup> para Roger Chartier, é importante para a percepção da construção social dos sexos. Segundo o autor, representação significa criar ou produzir sentido, tanto em uma perspectiva de ausência ou presença de objeto, levando em consideração as condições sociais objetivas que configuram características próprias aos grupos.

As representações são construídas ou forjadas, mediante a necessidade de cada grupo, valorizando a experiência ao discurso desejado. A prática científica produz conhecimento, porém os discursos produzidos não são neutros, estabelecemos então uma percepção de que a reprodução de estereótipos estruturantes de Gênero, necessitam ser problematizados. Sobre tal, Chartier elucida:

[...] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalização de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e

práticas (sociais, escolares, políticas) [...] (CHARTIER, 1990, p. 17).

Discursos representativos podem gerar preconceitos e discriminações, entender os mecanismos de produção e reprodução da cultura e transformação das relações sociais, conduz a uma maturação de percepções, aumentando a capacidade de cada indivíduo de serem agentes autônomos, nos quais eles se inserem e transformam, e isso é aplicado ao livro didático, sobretudo de história.

Desde as normas e padrões de conduta estereotipadas, falas, debates, protagonizando o caráter masculino, ou em gestos, que repercutem na continuidade de desigualdades historicamente construídas. O discurso biológico das diferenças sexuais, influenciam nas representações culturais que são construídas em estruturas binárias, determinantes nas disputas de poder e política, desconsiderando os fatores culturais e históricos envolvidos. Desde guerras, domínio político, divisão de tarefas sociais, participação política, revoltas e revoluções, observamos exemplos que permeiam a exclusão sexista<sup>4</sup>, necessitando de políticas públicas inclusivas.

<sup>3</sup> O conceito de representações proposto por Chartier, pressupõe abordagens dialógicas com a História Cultural, são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Segundo o autor não são discursos neutros, produzem estratégias e práticas, exercendo um poder simbólico, as práticas culturais são tendenciadas a legitimar escolhas. (CHARTIER, 1990, p. 17, Apud CARVALHO, 2005, p. 149).

<sup>4</sup> Sobre exclusão sexista, o livro Direitos humanos e sexualidade: a educação sexual como promotora da igualdade de gênero e respeito à diversidade, 2016 reflete a necessidade de implementação de uma educação não sexista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, não misógina, não etnocêntrica, não racista, não machista, não preconceituosa e não violenta, sendo um desafio a ser enfrentado pela sociedade, particularmente por profissionais da educação e gestores públicos (ALMEIDA; LUZ, 2016, p. 276).

## 2. INTERFACES DIALÓGICAS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A escola enquanto locus, proporciona as possibilidades de cada um, explorando na ambiência da escolarização a formação democrática. As interpretações simbólicas das ações sociais, devem coadunar em consonância à diversidade e respeito. Estruturar uma narrativa histórica que delineia exclusões ou permanências androcêntricas, permite que estruturas sociais desiguais permaneçam, privilegiando o homem no lugar de fala narrativo, dispensando justificção. A Educação básica, no papel da escola, deve refletir acerca das permanências e rupturas a fim de trazer oportunização e internalização de respeito, diversidade e equidade.

A multilinearidade, deve estar associada a entender e discutir a superação de discursos excludentes, etnocêntricos, preconceituosos e discriminatórios, assim como afirma Circe Bittencourt, a educação cumpre o seu papel de promover a emancipação dos indivíduos, que se tornam protagonistas de sua própria existência, como mencionado anteriormente. A caracterização das novas propostas curricular de História que se deram nos últimos anos estava relacionada aos debates e confrontos surgidos no final do período da ditadura militar (BITTENCOURT 2010, p. 12).

Papéis sexuais foram construídos historicamente, legitimando uma estrutura hierarquizada, dominante e masculina. Muitos dos discursos de luta feminina, abarcou-se em

violências, algumas simbólicas, outras físicas, não importando a dignidade do ser humano. A percepção de relações assimétricas de poder deslindando possibilidades afirmativas nas práticas pedagógicas, propõe repensar a educação com alteridade. Tratar Gênero e diversidade na escola, transversaliza conteúdos didáticos como é sugerido no PCN<sup>5</sup>. Trabalhar paralelamente conteúdos formais, com temáticas de diferenças, sejam elas sexuais ou étnicas, é um importante passo para a equalização de oportunidades.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que iniciou seu processo de elaboração no ano de 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), e foi finalizado no ano de 2007, propõe uma inserção de diversidade na educação, pautando-se do princípio de atuação de cidadania como política pública, tais como:

Primeiro, consolidando uma proposta de um projeto de sociedade baseada nos princípios da democracia, cidadania e justiça social; segundo, reforçando um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos, entendida como um processo a ser apreendido e vivenciado na perspectiva da cidadania ativa (BRASIL, 2007, p. 12-13).

De extrema relevância para desdobramentos de consciência histórica e prática social, é gerar nos alunos do Ensino Básico da II fase do Ensino Fundamental, a associação do conceito de Gênero à problemas sistêmicos. Dentre tais problemas,

<sup>5</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso em: 01/10/2017



podemos destacar violências incluindo mulheres, LGBTQIT, xenofobia, racismo, e tantas complexidades que enfrentamos na sociedade vigente.

A fim de transformar a educação, a reconfiguração de posturas pedagógicas inovadoras e inclusivas, são elementares para a construção social equitativa, altruísta e diversa. Fonseca elucida que “a história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva.” FONSECA (2005, p, 89).

Gênero<sup>6</sup> enquanto categoria analítica, propõe a formação de pessoas sensibilizadas e conscientes do seu papel social, apontando para uma nova perspectiva reflexiva, buscando posturas ante a diversidade étnico-racial e sexual no ambiente escolar, visibilidade para o híbrido, na articulação cultural, na representação e na linguagem.

De acordo com os PCNs, a proposta de conteúdos de História no Ensino Básico “estão constituídos (...) a partir da história cotidiana da criança (o seu tempo e o seu espaço), integrada a um contexto mais amplo, que inclui os contextos históricos” (BRASIL, 1997, p.43). Cabe à

Educação a quebra de paradigmas excludentes e projetar um ensino dialógico, a escola é um ambiente profícuo à diversidade e respeito.

Daniela Auad utiliza o termo “coeducação<sup>7</sup>” como uma nova perspectiva para o combate ao sexismo, tem sido uma proposta discutida mais amplamente nos últimos anos, a coeducação é entendida como uma maneira de questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino, estes percebidos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais, (AUAD, 2006, p. 55). A coeducação remete uma perspectiva equitativa, percebendo na escola a função de sistematizar as mudanças pedagógicas necessárias acerca da perspectiva de Gênero:

[...] refiro-me a um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula. (AUAD, 2006. p.79).

A escola se torna mediadora, com o intuito da construção social, com agentes participativos, em relação dialógica, desenvolvendo relações interpessoais pautadas no respeito e na cidadania.

<sup>6</sup> Para Joan Scott, Gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Scott não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido, posicionando-as dentro de relações hierárquicas. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

<sup>7</sup> O termo se refere a ausência segregação de gênero nos conhecimentos apresentados a meninos e meninas. Segundo Auad, o termo aborda a equidade entre os sexos, tendo como objetivo criar um clima tal que permita o desenvolvimento integral: afetivo, social, intelectual, motor, psicológico, sem o prejuízo em relação ao gênero, ou seja, uma escola para a formação do sexo feminino e do sexo masculino que valorize as diferentes contribuições e habilidades independentes de sexo. AUAD, Daniela. Educar Meninos e Meninas: Relações de Gênero na Escola. São Paulo: Contexto, 2006.

Nas identificações que perpassam a constituição de sujeito, legados históricos carregam consigo diversos estereótipos, sejam eles de raça, etnia, classe, gênero, território, entre outras, o que permite caracterizar esse processo como um mosaico de formas e contornos diversificados e assimétricos, tendo em vista sua amplitude e heterogeneidade, bem como perceber neles desigualdades conflitantes.

Transpondo um caráter transfonteiriço à escolarização, a educação concretiza-se como ferramenta para uma sociedade mais justa e igualitária, e Gênero respalda a quebra de paradigmas sexistas estruturalmente preconceituosos e dicotômicos. Procuramos nestes escritos, propor uma reflexão na qual a Educação, repense alteridades distribuídas nas relações sociais, visibilizando o conhecimento crítico. A fim dessa reflexão, a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas, reconfiguram a ideia de agente histórico.

## CONCLUSÃO

Uma educação para a cidadania é construída a partir da prática que promove de forma integral, constituições efetivas entre natureza, homem e sociedade, para Morin (2003 p. 65) significa “ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver”. Diante deste pressuposto transdisciplinar<sup>8</sup>, é que se constroem valores pautados no bem comum, em respeito, de forma sustentável e que integre o homem a realidade em que está inserido.

É na Educação básica, o início da formação formal, e é nela, que o cerne de lutas em busca de uma mudança estrutural deve se firmar. A partir de uma desconstrução paradigmática educacional, precisamos repensar valores, almejando a construção de novos saberes, que não estejam cristalizados em cânones imutáveis, entrando em consonância com a busca de visibilidade do agente histórico sem exclusões. Sobre essa problematização de Morin, Freitas e Nicolescu, entendemos que:

A ética transdisciplinar recusa toda atitude que se negue ao diálogo e à discussão, qualquer que seja sua origem - de ordem ideológica, cientificista, religiosa, econômica, política, filosófica. O saber compartilhado deveria levar a uma compreensão compartilhada, baseada no respeito absoluto das alteridades unidas pela vida comum numa só e mesma Terra (FREITAS, MORIN e NICOLESCU, 2008, p. 164)

História e Gênero como molduras conceituais, contribuem para a percepção de lutas por direitos, relações sociais e econômicas, e sobretudo os confrontos políticos e sociais. Neste sentido, o livro didático de história que traz à tona uma crítica ao sujeito universal, sem pretensas verdades absolutas como cânones, engendra nos diálogos de gênero se transformando em ferramenta de “resistência” ou “reexistência”, uma vez que propõe uma concepção educacional capaz de lançar-se a uma ação urgente, de modificar aquilo que não toleramos mais, operando no

<sup>8</sup> Sobre Transdisciplinaridade ver: SANTOS, Akiko. Didática sob a ótica do pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2004.

interstício do pensar, falar e ser, no cerne de lutas em prol da equidade.

Pensando em uma existência marcada pelo lugar de fala dos marginalizados na história, daqueles que foram silenciados pelo tempo e pelas relações de poder, feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas, questões que as mobilizavam impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política (LOURO, 2008, p. 16).

Diante das problematizações apontadas, necessitamos de atualizações conforme as demandas vigentes, sem abandonar as experiências anteriores, mas produzindo uma experiência altruísta, no que tange a produção intelectual como um todo.

A partir dos autores que convidamos a essa escrita, aprendemos a experimentar outras possibilidades de vida, em que a escola, enquanto espaço capaz de produzir sujeitos, possui potencialidades de estabelecer novas relações com o saber, dialogando com as subjetivações inerentes à transformação na qual estamos sujeitos, reexistindo sempre que necessário, percebendo as demandas sociais e políticas oriundas de cada momento, utilizando como ferramenta de mudança a concepção analítica de Gênero, para se refletir a Educação básica na práxis humana.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A crise na educação. In: Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. de 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- AUAD, D. *Educar Meninos e Meninas: Relações de Gênero na Escola*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BITTENCOURT, Circe. (Org.) 11. Ed., 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010 – (Repensando o ensino).
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano nacional de educação em direitos humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. [acesso em 01 nov 2017]. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)
- CANIATO, R. *Com Ciência na Educação*. 3ª reimpressão. Campinas: São Paulo. Papyrus, 1997.
- CAVALCANTI, Edlamar Leal de Sousa. A apreensão do conhecimento escolar numa perspectiva de gênero. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). *Ensaio sobre identidade e gênero*. Salvador: Helvécia, 2003. p. 177-210.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

- FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- FOUCAULT, Michel. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade.” In: *Ética, sexualidade e política*, por Michel FOUCAULT, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educar na Era Planetária -O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Cortez, 2003, p.111.
- OKIN, Susan. *Gênero: O Público e O Privado*. *Revista estudos de gênero*, Florianópolis: 16(2), maio-ago. 2008.